

# Curso superior em pauta

» LILIAN TAHAN

Paulo H. Carvalho/CB/D.A Press



Arruda se reuniu ontem à tarde com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para apressar a votação do plano de cargos e salários: definição sobre urgência até quinta-feira

A mudança de estratégia do governo federal na tramitação da proposta sobre o plano de cargos e salários dos policiais militares e bombeiros do DF deve alterar também o teor do documento. Pelo menos dois pontos serão acrescentados ao texto original. Um que restringe o ingresso à corporação a concorrentes sem curso superior e o outro que prevê a promoção automática para os militares que se aposentam.

O critério de nível superior só ficou explícito no plano de cargos e salários na tarde de ontem, com a redação de uma emenda ao projeto de lei. Isso porque a exigência havia sido retirada do documento há 15 dias, em função de um acordo acertado entre deputados da bancada do DF e integrantes da Casa Civil, que estavam à frente da elaboração do projeto. Na época, os parlamentares aceitaram eliminar a exigência do curso universitário por indicação dos técnicos da Casa Civil. "Seguimos a orientação do governo federal e optamos por uma redação que autoriza o concurso para candidato de nível médio, sob o argumento de que seria mais fácil aprovar o plano por MP, mas fomos enganados", disse o distrital Cabo Patrício (PT), um dos que participaram do encontro na Casa Civil.

A decisão do governo de enviar um projeto de lei em vez de MP sobre o plano de cargos e salários da PM mobilizou a bancada de deputados federais — especialmente os que dependem de votos da categoria —, além do próprio governador José Roberto Arruda (DEM). Arruda foi ao Congresso Nacional ontem em busca de apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), na tentativa de apressar a tramitação do projeto de lei.

## O IMPACTO

**27.685  
PESSOAS**

Quantidade de policiais e bombeiros militares que serão beneficiados com o projeto de lei.

**R\$ 482,1  
MILHÕES**

Impacto em cinco anos na folha de pagamento com os aumentos previstos pelo projeto de lei.

**R\$ 1  
MIL**

Valor da Gratificação por Risco que será incorporada ao salário dos policiais até 2014.

## O que pode mudar

Duas emendas foram apresentadas ao projeto de lei que trata do plano de cargos e salários dos PMs e bombeiros. A emenda é uma espécie de aditivo à proposta, ou seja, se forem aprovadas, se tornam parte do texto original. Conheça o teor das sugestões acrescentadas ao documento original:

» Exige o diploma de conclusão do ensino superior em qualquer área de formação aceita pelo Ministério da Educação para candidatos à carreira de policial militar e do curso de direito, no caso de pessoas interessadas em integrar o quadro de oficiais.

» Promove o PM e o bombeiro à patente imediatamente superior à sua no ato da aposentadoria, independentemente se houver vaga ou não. Isso só não ocorrerá se o militar estiver em sua graduação máxima. Nesse caso, receberá 20% de aumento no soldo.

## O que diz a lei

A Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002, criou o Fundo Constitucional do DF, fonte de recursos da União que custeia a folha de pagamento dos servidores da educação, saúde e segurança. Como os contracheques de policiais militares, civis e bombeiros são subsidiados pelo governo federal, exige-se que o plano de cargos e salários dessas categorias sejam tratados por meio de projeto de lei de autoria do Executivo federal. Em 2009, o repasse da União para o fundo administrado pelo GDF foi de R\$ 7,6 bilhões e no ano que vem haverá um acréscimo de R\$ 90 milhões sobre o valor atual. O aumento é calculado com base na variação da Receita Corrente Líquida, ou seja, toda a riqueza arrecadada pelo governo a cada 12 meses.

[www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br)

Confira a íntegra das emendas apresentadas ao projeto